DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 3039/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/9737/2015
PROTOCOLO	: 1598820
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAI
INTERESSADOS	: 1.ADELVINO FRANCISCO DE FREITAS – 2.CIRO JOSÉ TOALDO – 3.ADILSON NUNES JARDIM – 4.CLECI FORTUNATI SOUZA – 5.DÉBORA CRISTINA IMBRIANI MARTINS – 6.FLÁVIO ROBERTO VENDAS TANUS – 7.DENILSON AURÉLIO SOUZA BARBOSA – 8.PAULO HENRIQUE BORTOLUSSO SAMPAIO – 9.ROBERTO PEDRO DA ROCHA – 10.MOISES BENTO DA SILVA JÚNIOR – 11.CÉLIO CANDIDO DOS SANTOS
CARGO DOS INTERESSADOS	: 1.GERENTE DE SAÚDE – 2.GERENTE DE EDUCAÇÃO E CULTURA – 3.GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO – 4.GERENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 5.GERENTE DE MEIO AMBIENTE – 6.GERENTE DE OBRAS – 7.GERENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS – 8.GERENTE DE ESPORTES E LAZER – 9.GERENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – 10.GERENTE DE RECEITA – 11.ASSESSOR DE GABINETE
TIPO DE PROCESSO	: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2015
PROCEDIMENTO LICITATORIO	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2015
OBJETO	: FORNECIMENTO DE COFFEE BREACK
COMPROMITENTE	: MARINES IRNA DA SILVA - ME
ÓRGÃO JULGADOR	: JUIZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA

1ª FASE - LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – FORMALIZAÇÃO REGULAR – OBJETO - FORNECIMENTO DE COFFEE BREACK - ATOS REGULARES E LEGAIS - PROSSEGUIMENTO.

Versam os presentes autos sobre o exame do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 035/2015 (fls. 72/113), cujo procedimento licitatório foi realizado por do seu Pregoeiro Oficial devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, Senhor Leandro Peres de Matos, CPF/MF nº 164.217.011-91 (fl. 23) e da formalização da Ata de Registro de Preços nº 033/2015 (fls. 171/182).

O procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 035/2015 foi instaurado visando a dar suporte jurídico às futuras contratações derivadas da presente Ata de Registro de Preços nº 033/2015.

A fundamentação legal invocada para dar sustentação jurídica ao presente procedimento licitatório repousa nas disposições contidas na Lei Federal nº 10520/02,

subsidiada pela Lei Federal nº 8666/93, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 055/2014 e demais legislação aplicável.

O objeto do presente certame é o fornecimento de coffee breack, conforme consignado na Cláusula Primeira (fl. 172).

O prazo de vigência estabelecido na presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, conforme consignado na Cláusula Terceira (fl. 172)

A dotação orçamentária garantidora dos dispêndios futuros está prevista na Cláusula Décima Segunda (fl. 177).

A análise nesta fase desta primeira fase recai sobre o exame do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial e da formalização da Ata de Registro de Preços, conforme o previsto no artigo 120, I, "a" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

A unidade de instrução procedeu à análise dos atos praticados nesta primeira fase opinando pela regularidade e legalidade dos mesmos, consoante Análise ANA-2ª ICE-14073/2015 (fls. 191/196).

O douto Ministério Público de Contas adota a mesma linha de entendimento e exara o r. Parecer PAR-MPC-GAB. 5 DR JOAOMJR-4049/2016 (fl. 197), opinando pela legalidade e regularidade de todo o processado,

É a síntese do relatório.

Conclusos vieram-me os presentes autos para relatar.

Verifico que foram observadas as disposições regimentais no curso da instrução processual, nos termos do art. 112, II, "b" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS 76/2013, razão pela qual passo ao exame do mérito.

O procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 035/2015 foi instaurado visando a dar suporte jurídico às futuras contratações derivadas da presente Ata de Registro de Preços nº 033/2015.

A fundamentação legal invocada para dar sustentação jurídica ao presente procedimento licitatório repousa nas disposições contidas na Lei Federal nº 10520/02, subsidiada pela Lei Federal nº 8666/93, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 055/2014 e demais legislação aplicável.

O objeto do presente certame é o fornecimento de coffee breack, conforme consignado na Cláusula Primeira (fl. 172).

O prazo de vigência estabelecido na presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, conforme consignado na Cláusula Terceira (fl. 172)

A dotação orçamentária garantidora dos dispêndios futuros está prevista na Cláusula Décima Segunda (fl. 177).

A análise nesta fase desta primeira fase recai sobre o exame do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial e da formalização da Ata de Registro de Preços, conforme o previsto no artigo 120, I, "a" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O Corpo Técnico, após análise dos atos praticados, entende estarem em estrita obediência às formalidades exigidas para a seleção da melhor proposta, estando, pois, revestidos dos aspectos atinentes à legalidade e regularidade no seu processamento, recebendo o aval pela sua aprovação, nos seguintes termos (fl.195), *verbis*:

> Diante do exposto, concluímos pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório **Pregão Presencial nº 35/2015** realizado pelo Município de Naviraí e da formalização da **Ata de Registro de Preços nº 33/2015** assinada pelos promitentes contratantes: **Município de Naviraí** (CNPJ Nº 03.155.934/0001-90) e a empresa **Marines Irena da Silva - me** (CNPJ Nº 11.660.488/0001-08), nos termos do inciso I do art. 59 da Lei Complementar nº 160 de 02 de janeiro de 2012, cc. o inciso II do art. 122 do Regimento Interno deste Tribunal aprovado pela Resolução Normativa nº 76/2013, tendo em vista a observância dos preceitos legais que regem a matéria analisada.

Na mesma linha de entendimento o douto Ministério Publico de Contas pugna pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório em apreço, bem como da formalização da presente Ata de Registro de Preços, mediante a seguinte dicção (fls. 197), *verbis*:

> Pelo que dos autos consta, e de acordo com a manifestação do corpo técnico, este Ministério Público de Contas, conclui pela **regularidade do procedimento licitatório e da formalização Ata de Registro de Preços em destaque**, nos termos do art. 120, I, combinado com 122, II, ambos do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

Acolho o posicionamento adotado pelo eminente Procurador de Contas porquanto, de fato, o procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 055/2015 se mostra adequado às normas legais vigentes, estando, pois, apto a dar

sustentação aos contratos derivados da Ata de Registro de Preços nº 044/2016 nesta fundamentados.

Por todo o exposto, acolhendo a manifestação do Corpo Técnico e o r. Parecer do Ministério Público de Contas e, com fundamento no art. 10, II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013,

DECIDO:

1 – pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 035/2015, instaurado pelo Município de Navirai/MS, CNPJ/MF nº 03.155.934/0001-90, cujo procedimento licitatório foi realizado por do seu Pregoeiro Oficial devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, Senhor Leandro Peres de Matos, CPF/MF nº 164.217.011-91, como unidade licitante, porquanto realizado em conformidade com a legislação pertinente, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

2 – pela regularidade e legalidade da formalização da Ata de Registro de Preços nº 033/2015, firmada entre o Município de Navirai/MS, CNPJ/MF nº 03.155.934/0001-90, representado pelas seguintes autoridades: 1.Senhor Adelvino Francisco de Freitas, CPF/MF nº 639.793.221-49, Gerente de Saúde; 2.Senhor Ciro José Toaldo, CPF/MF nº 578.093.809-15, Gerente de Educação e Cultura, Gerente de Administração; 3.Senhor Adilson Nunes Jardim, CPF/MF nº 294.221.161-04, Gerente de Administração; 4.Senhora Cleci Fortunati Souza, CPF/MF nº 203.463.871-91, Gerente de Assistência Social; 5.Senhora Débora Cristina Imriani Martins, CPF/MF nº 898111.861-20; 6.Senhor Flávio Roberto Vendas Tanus, CPF/MF nº 876.586.901-04, Gerente de Obras; 7.Denilson Aurélio Souza Barbosa, CPF/MF nº 971.909.501-68; 8.Paulo Henrique Bortolusso Sampaio, CPF/MF nº 887.606.429-04; 9.Roberto Pedro da Rocha, CPF/MF nº 171.302.201-04, Gerente de Desenvolvimento Econômico; 10.Moisés Bento da Silva Júnior, CPF/MF nº 456.473.211-00, Gerente de Receita; e, 11.Célio Cândido dos Santos, CPF/MF nº 652.543.091-72, Assessor de Gabinete, como compromitente comprador, e, de outro lado, a Empresa Marines Irena da Silva – ME, CNPJ/MF nº 11.660.488/0001-08, como compromitente vendedora, por atender às disposições contidas nas disposições legais vigentes, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3 – pelo retorno destes autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo para acompanhamento das contratações dela derivadas, nos termos regimentais;

4 – É a decisão.

5 – Publique-se, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Campo Grande/MS., 12 de abril de 2016.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator